

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019



**A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA REGIONALISTA
AMAZÔNICO NO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INFLUÊNCIA DAS
OBRAS DE EUCLIDES DA CUNHA E GILBERTO FREYRE**

Danilo Araújo Fernandes

A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA REGIONALISTA
AMAZÔNICO NO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INFLUÊNCIA DAS
OBRAS DE EUCLIDES DA CUNHA E GILBERTO FREYRE

Danilo Araújo Fernandes¹

RESUMO

Este texto trata de um estudo sobre a formação histórica do pensamento sobre desenvolvimento da Amazônia no século XX. Destaca-se a influência das obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre sobre a construção de um modelo discursivo que se consolida na região entre as décadas de 1940 e 1960, e que tem como mote principal a busca pelo ajustamento entre o contexto do nacional-desenvolvimentismo brasileiro e a tradição do pensamento regionalista amazônico. Nesse sentido, o texto destaca a importância de autores que desempenharam um papel relevante neste contexto, quais sejam: Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Samuel Benchimol, autores considerados entre os principais responsáveis pela consolidação de um discurso intelectual que, segundo uma das conclusões principais do estudo, ajudaram a configurar uma nova tradição de pensamento sobre o desenvolvimento da Amazônia o qual atribuiremos o nome de “desenvolvimentista regionalista amazônico”.

Palavras-chave: desenvolvimentismo, regionalismo, culturalismo, Amazônia.

¹ Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

1 – INTRODUÇÃO

O debate sobre a noção de desenvolvimento da Amazônia, tal como entendemos em grande parte ainda hoje, tem suas raízes genealógicas relacionadas ao ambiente intelectual que se configura e se expande da Europa à América Latina no final do século XIX e início do século XX. Com base numa discussão ampla sobre o ideal de progresso entre povos de origem europeia, os intelectuais das nações recém-formada na América Latina, como o Brasil, iniciam, neste período, um amplo debate sobre as causas que pareciam sustentar os entraves e a manutenção das condições de atraso destes países em relação aos seus anseios e expectativas de progresso e busca pelo desenvolvimento da civilização nos trópicos.

Neste momento, o lema positivista do progresso – e seus correlatos baseados no ideal da evolução social, econômica e política de países considerados atrasados da América Latina – se transforma em categoria que irá influenciar sobremaneira os intelectuais brasileiros entre o final do período imperial e primeiras décadas do período republicano. Autores como Euclides da Cunha (1907, 1909), Alberto Torres (1938) e Oliveira Viana (1920), entre outros, serão, neste contexto, alguns dos principais responsáveis pela construção de um arcabouço intelectual, segundo o qual se consolidará uma nova tradição de pensamento sobre o sentido do atraso e o papel do Estado centralizado na construção de um projeto de evolução e/ou progresso da nação brasileira.

Na Amazônia e no Nordeste, este quadro geral também repercute a partir da influência exercida por cientistas naturalistas e antropólogos europeus e americanos, além de escritores e políticos de expressão nacional como Gilberto Freyre, José Veríssimo, Inglês de Souza, Lauro Sodré e Tavares Bastos, entre outros. Os quais abordam os principais temas e questões referentes ao debate sobre a navegação regional, a questão racial, o papel da cultura, da educação, assim como o problema da imigração e os dilemas da busca pela preservação da identidade regional brasileira.

Seguindo, de maneira específica, uma tradição de pensamento voltado mais para os aspectos regionais e/ou regionalistas do problema do progresso brasileiro, autores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre iniciam de maneira mais clara, a partir do início do século XX, uma mudança significativa na perspectiva teórica em relação aos rumos do debate sobre o problema das desigualdades e diferenças regionais brasileiras; no sentido

de sua influência sobre um conjunto de temas que relacionam o problema do interior e sua relação com o processo de consolidação e unidade do estado nacional brasileiro.

Neste ponto, não resta dúvida que será primeiramente com Euclides da Cunha que se conseguirá formar um novo padrão de interpretação sobre o sentido e o papel da Amazônia como causa e, ao mesmo tempo, como possível solução para o problema da consolidação da unidade territorial da nação brasileira. Com este objetivo, Euclides destaca os desafios específicos do “projeto amazônico” que assume ares de projeto nacional no início do século XX, no sentido da busca pelo progresso que, segundo o autor, deveria poder ser alcançado também para o uso das populações locais, e não só para seus idealizadores externos e/ou habitantes de outras regiões do país ou do mundo.

Em vários de seus artigos escritos no início do século XX – mais tarde reunidos em livros como “À margem da História” e “Contrastes e Confrontos” – Euclides da Cunha lançaria assim a região amazônica “nas linhas originais das preocupações da inteligência brasileira” (REIS, 1966, p.09). Para Arthur Cezar Ferreira Reis (1966), teria sido Euclides da Cunha o principal responsável pela “*divulgação dos quadros físicos e humanos em estilo que fez as delícias de um grande público no Brasil*” (REIS, 1966). Ou seja, que conseguiu inserir a região amazônica, sua população e seus problemas regionais, no quadro dos grandes temas de interesse da inteligência e do estado nacional brasileiro no século XX.

É com base nesta constatação e da premissa de que seria, a partir da obra de Euclides da Cunha, que uma inteligência nacional se integraria de maneira definitiva à reflexão sobre os problemas regionais da Amazônia, que buscaremos ressaltar neste estudo, a natureza específica do processo de construção discursiva de uma interpretação do que mais tarde alguns passariam a chamar de desenvolvimento do “complexo amazônico” (BATISTA, 1976). Um projeto que visava desvendar os mistérios e os desafios naturais, culturais e humanos que impediam o desenvolvimento da Amazônia a partir do domínio da nação brasileira sob o seu território.

Como hipótese, neste sentido, temos a ideia da existência nesse período de uma linha de interpretação e da construção de uma nova tradição intelectual de inspiração euclidiana, que buscará compatibilizar os ideais originais de progresso e unidade nacional, com os anseios de valorização dos componentes regionais (ou regionalistas), que se mostravam em grande parte, para ele também, necessários (como mais tarde viria

a ser desenvolvido com bastante ênfase na obra de Gilberto Freyre). Tudo isso, combinado com uma percepção da necessidade que se faz presente de maneira crescente de maior envolvimento entre o debate regionalista que emerge no Brasil na primeira metade do século XX e a agenda desenvolvimentista do estado brasileiro, que começa a se consolidar de maneira mais clara também a partir da década de 1930 (BIELSCHOWSKY, 1996; FONSECA, 1989).

Será com Euclides da Cunha, portanto, que teremos pela primeira vez uma inserção realmente organizada de uma matriz de pensamento e interpretação sobre a questão regional brasileira, em íntima relação com o desvendar dos problemas de construção de um projeto nacional de desenvolvimento para o país. Abordagem esta última que em seu auge alia o ímpeto originário da matriz nacionalista com a observação rigorosa das peculiaridades, dificuldades e desafios da extensão de seu movimento territorial em direção ao processo de desenvolvimento das diversas regiões brasileiras. Tendo em vista os enormes desafios e especificidades que estão postos, tanto do ponto de vista ecológico, como econômico, social e político.

A problemática do interior do Brasil como espaço desconhecido e abandonado pela República, neste contexto, faz fileira na obra de Euclides da Cunha, em consonância com um debate etnográfico e culturalista sobre o qual o mesmo se insere no sentido de procurar desvendar os motivos de nossas desigualdades regionais em seu sentido mais profundo. Linha que será, em seguida, aprofundada por diversos intérpretes da Amazônia ao logo de todo o século XX, no sentido da valorização da observação da relação entre o meio e o homem como componentes chave para a compreensão dos motivos das dificuldades da empreitada civilizatória no interior da floresta amazônica.

Anteriormente em *Os Sertões*, por outro lado, Euclides realmente havia dado um passo fundamental para o lançamento de uma nova tradição intelectual no Brasil, uma tradição com forte preocupação com os problemas sociais e ecológicos, os quais seriam, à época, considerados como problemas típicos do interior, enquanto espaço idealizado. Mas que, sem dúvida alguma, também representam o resultado e uma marca de uma nação que pouco parecia se interessar pela realidade de seu povo do interior. Um desafio a ser superado por um projeto de integração nacional genuinamente construído com o intuito de alcançar o desenvolvimento e o progresso da nação brasileira como um todo.

Aqui fica claro o papel que sua obra sobre a Amazônia, em seguida, teria em relação ao papel que as “populações locais”, distantes do litoral, deveriam ter em um projeto nacionalista de caráter integrador e não dissipador dos interesses e peculiaridades regionais. Esta é uma das tônicas que irá influenciar sobremaneira as abordagens de Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Samuel Benchimol, autores regionalistas amazonólogos considerados bastante relevantes no debate teórico e político sobre o desenvolvimento da Amazônia entre as décadas de 1940 e 1960. Membros de um quadro seletivo de historiadores, intelectuais, políticos e empresários que terão grande importância na forma como o processo de integração territorial da região amazônica ao Brasil será interpretada pelo ponto de vista das suas elites regionais durante este período.

Entre as principais preocupações desse conjunto de autores, seguidores inspirados tanto da obra de Euclides da Cunha como de Gilberto Freyre, está a compreensão do sentido histórico do processo de integração da Amazônia à nação brasileira. Seus efeitos e suas consequências em termos do papel que a população local – com sua cultura enraizada e sua capacidade de adaptação ao meio ambiente da região – poderia ter em termos do oferecimento de um rico arsenal de conhecimentos e possibilidades culturais a serem incorporadas a esse grande projeto de desenvolvimento nacional; que nos anos de 1940 inicia sua grande e definitiva “Marcha para o Oeste”. Ou seja, um projeto que visa uma clara inspiração de conciliação entre os interesses das elites da Amazônia e o projeto político institucional do estado nacional-desenvolvimentista brasileiro; o qual buscava deslocar os rumos do progresso nacional para o interior do país, até a região amazônica.

Um projeto construído pelas elites locais em parceria com o Estado Nacional, com o objetivo de fazer uma mediação explícita, que irá disputar a hegemonia do processo de construção da agenda política nacional para a Amazônia até meados da década de 1970. Um projeto que tinha como objetivo a consolidação de uma estratégia de conciliação entre o interesse nacional-desenvolvimentista do Estado brasileiro e os anseios pela valorização, modernização e integração nacional da economia regional amazônica, a partir da tutela e comando de suas elites regionais. Uma estratégia que ganha força, principalmente a partir da Constituição de 1946; e da instalação da Superintendência do

Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953². Mas que, em seguida, sucumbe com a implantação definitiva dos objetivos e estratégias desenvolvimentistas de caráter mais autoritário do Governo Militar, que se consolidam institucionalmente, principalmente a partir da instalação da chamada “Operação Amazônia”, no ano de 1966.

Deste momento em diante, o que se viu foi um desalento progressivo das elites regionais em relação à estratégia autoritária do governo militar em “Marcha Forçada” sobre a região. É um lento processo de distanciamento e crítica progressiva das novas gerações de intelectuais amazonólogos que procuravam seguir ainda, com inspiração e afincos, o projeto regionalista original de valorização do ambiente social e cultural da Amazônia a partir de dentro, apesar de integrado à nação. O projeto regionalista que se perde nos anos de 1960, buscava sintonia originalmente com um projeto estratégico de construção de uma agenda de conciliação entre o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro e a construção de um projeto de desenvolvimento regional na, e para a, Amazônia³.

Para dar conta de desvendar de maneira breve e objetiva este longo e complexo enredo, iniciamos com uma sessão que trata das fases iniciais do processo de consolidação e difusão da tradição de pensamento regionalista na Amazônia em suas matrizes “euclídeas” originárias; abrangendo as influências diretas e indiretas das obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre sob um conjunto de autores amazonólogos importantes no debate sobre a Amazônia durante a década de 1930. Em seguida, daremos sequência na avaliação, de maneira mais específica, da influência destes autores sobre a configuração da nova tradição de pensamento que se consolida entre as décadas de 1940 e 1960, alcançando uma consistência discursiva e abrangência bastante expressivas em uma estratégia de conciliação entre os ideais da preservação dos valores culturais do

² A estratégia de implementação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, instituída formalmente pela Lei de número 1.806 de 06 de janeiro de 1953, era composta (no artigo 22) pela criação de uma Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e (no artigo 24) por uma Comissão de Planejamento responsável pelo planejamento das ações a serem executadas pela referida superintendência. Em geral, portanto, a estratégia previa um plano a ser elaborado e executado – conforme a Constituição de 1946 – no prazo de 20 anos, a contar o início da vigência da constituição.

³ Exemplo clássico, neste sentido, é o afastamento das novas gerações de economistas e intelectuais amazonólogos em relação à agenda nacional-desenvolvimentista em curso do estado brasileiro para a Amazônia a partir de meados dos anos de 1970. Tal como se pode verificar nos escritos principais da época, de autores como Armando Mendes e Roberto Santos.

“homem” da Amazônia, e os interesses de construção de um projeto de integração nacional e desenvolvimento da Amazônia.

2 - A FORMAÇÃO DE UMA NOVA TRADIÇÃO INTELLECTUAL DOS ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA: A FASE PRÉ-DESENVOLVIMENTISTA

A tradição do pensamento desenvolvimentista e regionalista na Amazônia – que terá seu auge entre as décadas de 1940 e 1960 – tem na obra de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre um momento crucial de seu devir histórico. Fio condutor de uma nova percepção sobre o sentido do problema regional brasileiro – assim como de sua relação com a problemática mais geral sobre o desenvolvimento do país – o debate sobre a questão “federativa” e/ou “regional” emerge pela primeira vez, de maneira clara e organizada intelectualmente, ainda durante o século XIX; em meio as disputas em relação ao debate entre liberais e conservadores durante o período regencial, assim como em relação ao contexto do debate sobre a proclamação da república e, depois, durante o primeiro período republicano.

No caso específico da Amazônia, não podemos deixar de destacar a influência exercida pelo debate sobre a navegação do Rio Amazonas, e os problemas derivados da falta de mão-de-obra e das controvérsias que começavam a surgir em relação ao problema do extrativismo da borracha como perspectiva econômica já observada àquela época, por diversos intelectuais, como um aspecto limitante em relação aos anseios e objetivos de progresso da região.

Num contexto de mudança no cenário intelectual em favor de um debate mais profundo em relação às raízes e formação da nação brasileira, Euclides da Cunha nos traz, neste mesmo período, a percepção clara da importância de se desvendar os mistérios e desafios do interior do Brasil. E para isso, não abrirá mão de um debate profundo sobre os dilemas da formação étnica de seu povo, assim como das contradições inerentes a seu processo civilizatório.

A viagem de Euclides da Cunha à Amazônia tem início no ano de 1905. Indicado pelo Barão do Rio Branco para assumir o cargo de chefe da missão brasileira de reconhecimento das fronteiras entre Peru e Brasil, Euclides passa inicialmente por Belém, depois Manaus, até finalmente prosseguir por meses no reconhecimento dos rios Juruá e Purus, até a fronteira nacional com o Peru e a Bolívia.

Dono de uma erudição e capacidade de observação privilegiadas, Euclides descreve em sua viagem características da terra e do homem da Amazônia que se transformarão em verdadeira síntese da região durante décadas. A importância de Euclides enquanto possível precursor de uma tradição de viés desenvolvimentista e regionalista na Amazônia, no entanto, se deve ao reconhecimento de sua influência sobre o debate a respeito da formação do Estado-nação brasileiro em sua missão e estratégia de integração da Amazônia ao restante do país.

Motivo de grandes controvérsias, a Amazônia representou um dos principais pontos do debate sobre a consolidação das fronteiras brasileiras em um ambiente de crescente preocupação com a integridade e com o fortalecimento de uma estratégia de desenvolvimento e progresso nacional. Uma nova força e dimensão geopolítica do debate, que terá, ao longo do século XX, um papel de fundamental importância no desenho da intervenção do Estado brasileiro sobre a região.

Não é por um acaso que uma geração de intelectuais brasileiros se inspira em Euclides da Cunha com o objetivo de reproduzir um discurso de exaltação da Amazônia como uma “terra sem história” que, por isso, necessita de enormes cuidados em prol de uma estratégia de integração e controle territorial por parte do Estado Brasileiro. Uma verdadeira aventura ou epopeia em busca do controle do processo de integração física da Amazônia à civilização brasileira. Posição na qual se apoia também a clássica interpretação de Péricles Moraes, escrita originalmente em 1933 (MORAES, 2001). Para ele, Euclides da Cunha representa um “clássico da Amazônia”, pois foi através dele que a Amazônia se tornou compreensível como um monumento integrado e não aos fragmentos, como se tinha anteriormente.

Neste Contexto, a natureza majestosa e ameaçadora da Amazônia era vista por Euclides e seus seguidores, como um dos grandes empecilhos para o seu desenvolvimento. Daí a necessidade urgente de sua sistematização e conhecimento como primeiro passo para seu projeto civilizatório em moldes nacionalistas. Uma tradição que se prolonga em nossa cultura política-institucional durante décadas, e que valoriza a necessidade urgente e constante de se produzir conhecimento cada vez mais aprofundados sobre a região, com o intuito de dominá-la em uma estratégia de integração definitiva da Amazônia ao território brasileiro. Assim como de controlar as suas potencialidades físicas

e naturais para o fornecimento de insumos e matérias-primas para o processo de industrialização nacional.

2.1 De Euclides da Cunha à Gilberto Freyre: do paraíso perdido à ecologia e cultura do desenvolvimento regional

Não resta dúvida, como vimos anteriormente, ao citarmos a literatura que trata da questão da formação do pensamento econômico e social brasileiro no início do século XX, que a obra de Euclides da Cunha representa uma das mais influentes perspectivas que alimentarão uma visão nacionalista sobre a natureza da questão amazônica; assim como de seu problema de ordem geopolítica ligada aos interesses do Estado nacional brasileiro em seu projeto desenvolvimentista. Uma perspectiva que ressalta a necessidade e importância da integração territorial da Amazônia à civilização nacional. Uma espécie de alerta às elites intelectuais e políticas brasileiras em sua pouca disposição em tratar dos problemas da população e da realidade do interior do Brasil. Problema que era visto, por Euclides, como sendo um dos fatores que havia resultado, no início do século XX, numa condição em que se mantinha a Amazônia, e seu povo, ainda “à margem da história”.

Neste sentido, podemos afirmar que Euclides da Cunha nos apresenta uma ampla visão dos problemas sociais e geopolíticos da Amazônia, em um momento, entre outras coisas, crucial para o desenrolar dos problemas de conflitos de fronteira e da formação dos limites territoriais do Brasil. Configurando, ao mesmo tempo, uma nova imagem e sentido histórico para o problema amazônico dentro de um quadro de debate sobre a constituição do Estado-nação brasileiro.

Passando ao lado, mas sem minimizar a importância de seu objetivo imediato com a delimitação das fronteiras, a obra de Euclides da Cunha representou uma transição heurística e interpretativa de uma tradição naturalista e literária sobre a Amazônia, para uma tradição de pesquisa e pensamento mais fortemente ligada à busca pelo desvendar do conhecimento científico voltado para o progresso da região. Um movimento intelectual que terá no objetivo do conhecimento das potencialidades naturais da Amazônia, por fim, seu ponto de chegada algumas décadas mais tarde. Uma tradição que, no entanto, e como uma espécie de contrapeso, também viria a receber uma forte influência da tradição do debate regionalista tropicologista de Gilberto Freyre, também com forte influência da obra de Euclides da Cunha.

Será, portanto, a partir de Gilberto Freyre que a tradição regionalista aporta de maneira definitiva entre os intelectuais na Amazônia entre as décadas de 1940 e 1960 (BASTOS, 2006; SOUZA, 2003). Da junção destes dois componentes (literatura científica e regionalismo tropicologista) se construirá uma nova tradição intelectual na Amazônia, em íntima relação com os anseios metodológicos e sociológico presentes na obra de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha. Uma tradição que teria como fonte de inspiração, uma estratégia de preservação dos valores culturais da Amazônia; mas sem que, para isso, se quisesse perder a oportunidade histórica de se integrar a região aos projetos de desenvolvimento nacional em gestação.

Fontes de inspiração de uma primeira leva de intérpretes da Amazônia, Euclides contribui nesse processo de transição; ao alentar, pela primeira vez, e de forma organizada e contundente, a situação de abandono à qual se encontrava a região amazônica no início do século XX. Tornando-se assim a primeira grande expressão do sentido da ameaça à soberania brasileira que advém da condição de vínculos insipientes de uma parcela significativa de seu território em relação ao restante do país. Realidade crítica que se agrava com o desconhecimento completo de suas potencialidades.

Em um caso mais específico, e de interesse imediato neste trabalho, ressalta-se a proximidade visível entre as perspectivas de Euclides da Cunha e a obra de quatro dos principais representantes da intelectualidade amazônica da época. Quais sejam: Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Samuel Benchimol. Hipótese que se reforça ainda mais ao se aprofundar os estudos sobre as características da obra de Euclides da Cunha e sua relação com o tema da demarcação das fronteiras brasileiras e a problemática da soberania nacional.

No que diz respeito aos aspectos de ordem mais etnográficos, a obra de Euclides se tornou conhecida e influente, também, por alentar a preocupação com o futuro da população cabocla da Amazônia e do sertanejo nordestino que veio à região em busca de um sonho de prosperidade. Debate que se intensifica à medida em que o fluxo migratório se amplifica para a Amazônia a partir dos anos de 1940, com o advento da Batalha da Borracha. Aqui podemos perceber claramente a linha de raciocínio que alimenta as interpretações de Euclides desde seus escritos sobre os sertanejos em Canudos, e que se prolonga, inclusive, sem grandes modificações, até seus escritos sobre a Amazônia. Chegando na década de 1940 a influenciar os estudos de alguns de seus seguidores, como

o escritor amazonense Samuel Benchimol, que irá investigar a saga dos *Romanceiros da Batalha da Borracha*, em direção à Amazônia.

Em *Os Sertões* no século XIX, Euclides já nos apresentava um olhar preocupado com o papel do sertanejo na construção do país. Agora, suas atenções e de seus seguidores se voltam para o caboclo amazônico, e junto a ele a saga do sertanejo nordestino em seu processo de adaptação ao meio inóspito da floresta. Ambas as perspectivas, portanto, apresentam um teor de crítica social e, ao mesmo tempo, de proposta de melhor integração das populações nativas do interior do país aos logros, e não só as penúrias, do processo civilizatório brasileiro em curso.

É evidente aqui a proximidade que nos remete a vincular uma influência das ideias de Euclides da Cunha em relação a obra de um dos principais pensadores sobre os problemas da Amazônia no século XX: Leandro Tocantins. Em seu livro inaugural, publicado em 1952, sob o título *O Rio Comanda a Vida: cenas da vida amazônica*, Leandro Tocantins também procura nos mostrar a natureza rudimentar a qual vive a população amazônica do interior do Acre, em sua saga a percorrer o leito dos rios como único meio de transporte. Meio este que, por sua natureza determinante e fundamental para a vida de sua população, acabaria por orientar quase por completo a cultura regional rumo a uma situação de isolamento. Uma característica que da mesma forma, aos olhos de Euclides da Cunha, representava, no início do século, uma limitação a ser sobreposta por uma estratégia de integração física da Amazônia ao restante do Brasil.

Afirma Leandro Tocantins em uma de suas obras mais importantes:

As páginas escritas por Euclides da Cunha sobre o homem e a sociedade na Amazônia não encontram paralelo na literatura brasileira. No tom reivindicante. Na revolta de espírito. No calor da acusação. Na fidelidade do retrato. Na agudeza da interpretação. Na originalidade e força do estilo. Em todos os capítulos de *À Margem da História*, embora uns e outros tratem de fenômenos geográficos, de cenas regionais, do “clima caluniado”, do problema de transportes, lá está, sempre e sempre, o homem e a palavra generosa do autor defendendo-o, revelando-lhe o caráter e as desditas, pedindo para ele uma vida mais justa e menos sofredora. O que Euclides fez nos *Sertões* clamando, estigmatizando, acusando, repetiria na Amazônia. A vocação de retratar brasileiromente as grandes regiões onde o homem vive os seus maiores dramas – o Nordeste e a Amazônia – marcou definitivamente o caráter de sua obra: o humano (TOCANTINS, 1966, p. 81-82).

A vocação desafiadora e denunciante de Euclides da Cunha – tão bem descrita e exaltada por Leandro Tocantins neste trecho – representa, sem dúvida alguma, uma das

marcas de sua obra. O foco sobre a denúncia das condições de vida do “homem” do interior do Brasil (seja ele o sertanejo nordestino ou o caboclo amazônico), no entanto, permanece, mesmo assim, como um dos aspectos de maior controvérsia nos debates que se seguirão. Não é por um acaso que Euclides da Cunha apresenta aspectos dúbios em relação à sua avaliação no que diz respeito às condições e potencialidades de sobrevivência do sertanejo em condições adversas de clima e em um ambiente tropical hostil, como o da Amazônia. Euclides, desde *Os Sertões*, nos apresenta uma etnografia de viés muitas vezes racista em relação à percepção das potencialidades do sertanejo, visto agora pelo ponto de vista de sua relação com o meio inóspito da floresta amazônica. Elemento que não passará despercebido pela análise de vários intelectuais e autores da região (ver PONTES, 2005; TOCANTINS, 1966).

A exaltação e admiração de Leandro Tocantins por Euclides da Cunha, apesar das ressalvas em relação às suas falhas etnográficas (TOCANTINS, 1966), no entanto, nos dá o tom da avaliação geral positiva que boa parte dos intelectuais da região tem pela obra do mestre de *Os Sertões*. Segundo Leandro Tocantins, seria Euclides o primeiro a apontar uma visão ecológica (com pretensão de buscar analisar as características e possibilidades da harmonização do homem à natureza) em relação a toda uma literatura regionalista e ecologista que viria a surgir em meados do século XX. Como afirma o autor paraense em outro trecho:

Ele [Euclides da Cunha] é o primeiro, em nosso país, a propor, embora de maneira um tanto indefinida, mas delineada, pela compreensão que nascia em si espontaneamente, os problemas de intimidade e harmonização entre homem e natureza, uma política de integração e mesclagem de valores nas áreas onde o homem ainda procura o seu equilíbrio biótico. Revela-se, assim, o primeiro engenheiro ecologista do Brasil (TOCANTINS, 1966, p. 85)

E em seguida:

Por todos os lados estão a terra e o homem preocupando o autor. Mesmo nos momentos em que se deixa influenciar pelos conceitos vigentes, há um sopro de inovação, um lampejo de raciocínio, que revelam, nele, o ecologista nato. Aliás, Gilberto Freyre, no estudo *Euclides da Cunha, Tropicalista*, já notara no escritor fluminense um “gosto pelo que é local nas paisagens e nos homens”, seu interesse “pela cor, mas pela forma: a forma local, regional, ecológica”. E não deixa nunca no vácuo – o vácuo social – os homens que literalmente esculpe: esculpe-os entre sugestões dos ambientes que lhes foram mais característicos (TOCANTINS, 1966, p. 85).

Vê-se assim, uma linha de interpretação sobre a obra de Euclides da Cunha que se aproxima da vertente de interpretação *tropicologista* de Gilberto Freyre (BASTOS,

2006), como anunciado anteriormente. Não é por um acaso, mais uma vez, que para o mestre de Apipucos, Euclides da Cunha representa uma das vertentes inaugurais do regionalismo e da tropicologia no Brasil. Uma obra que valoriza as dimensões de análise que explora a interação do homem com o seu meio, e de ambos com uma realidade sociológica em constante processo de mutação e adaptação.

2.2 As primeiras influências e a formação de uma nova tradição intelectual regionalista amazônica durante a década de 30

Como visto no tópico anterior, a Amazônia de Euclides da Cunha – com todos os seus elementos que parecem desvendar um sentido dúbio sobre o papel do “homem amazônico” –, também pode ser interpretada como uma prosa que visa demonstrar a incapacidade do sertanejo imigrante em empreender, por si só, uma mudança de perspectiva e um futuro promissor para a região. É nesse aspecto que podemos afirmar que para Euclides da Cunha, o “homem amazônico” ainda é a expressão concreta da existência de raças inferiores (nordestinas e caboclas), consideradas incapazes de superar os desafios da floresta. Por esse ponto de vista, Euclides da Cunha passaria a ser considerado também como o autor que influenciou figuras de grande importância na literatura sobre a Amazônia na primeira metade do século XX: como Alberto Rangel (1908) e Alfredo Ladislau (1933) (MORAES, 1935). Transformando-se na matriz intelectual de uma verdadeira tradição literária e crítica sobre a Amazônia.

Uma região que passa, a partir de então, a ser representada perante a nação (segundo as próprias palavras de Euclides): como uma “terra sem história”; aonde “o homem é ainda um intruso impertinente”; a “terra mais nova do mundo”; “a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis” (CUNHA, 1999). Com esse cabedal de frases de efeito, Euclides consegue ilustrar, com grande apelo ao estilo literário em prosa, alguns símbolos que se transformarão em verdadeira síntese no imaginário nacional sobre a Amazônia.

Em pleno início do século XX, Euclides desperta, com suas palavras, um sentido histórico e hermenêutico novo que irá alimentar um conjunto de intérpretes de grande importância no ramo da produção literária e científica brasileira sobre a Amazônia. Em sua obra clássica, de 1933, chamada *Terra Imatura*, Alfredo Ladislau, por exemplo, nos apresenta – na esteira das linhas iniciais de interpretação de Euclides –, um texto que mistura ensaio, crônica e poema em prosa, na linha impressionista que faria gosto na

literatura brasileira do período. Dividida em 13 capítulos, a obra de Alfredo Ladislau nos apresenta personagens em diálogo que expressam ponto de vistas que vão do culto à lenda e à mitologia das águas, até a perspectiva do ensaio de ficção que explora os efeitos da crise da borracha e a saga do caboclo e do sertanejo (imigrante nordestino) em sua busca diária pela sobrevivência no domínio da selva amazônica (FARIAS, 2008).

Outra obra importante, neste sentido, foi *Inferno Verde*, de Alberto Rangel. Obra publicada pela primeira vez em 1908. Nesta obra, a tônica se mantém em uma inspiração tipicamente euclidiana. Muito mais pessimista e menos poética do que a obra de Alfredo Ladislau, no entanto, o texto de Rangel comporta onze contos que poderiam ser lidos também como um romance de onze capítulos; aonde, do enredo principal, transparece uma interpretação geral do espaço amazônico como um ente intransponível para grupos ou raças inferiores (KRÜGER, 2008). Um espaço complexo ao mesmo tempo capaz de representar uma espécie de “inferno” para alguns, assim como um possível Canaã de perspectivas de prosperidade para aqueles capazes de controlar, por meio do conhecimento, o meio natural inóspito da floresta. Dubiedade típica que segue a linha clássica de interpretação no trato da questão racial que acompanha, como vimos anteriormente, também os escritos de Euclides da Cunha desde *Os Sertões*.

No entanto, será exatamente com o intuito de contestar esse sentido mais negativo em relação a uma suposta capacidade das populações “caboclas” amazônicas, e sertanejas, em conseguir superar os desafios da floresta amazônica, que uma nova interpretação surge na década de 30. Uma perspectiva que terá uma grande importância para a formação dos intelectuais desenvolvimentistas amazônicos entre as décadas de 1940 e 1960. Trata-se da obra de Araújo Lima, que em 1933 escreve *Amazônia – A terra e o homem*. Um texto considerado por muitos como carregando – pela primeira vez entre os literários amazonólogos desenvolvimentistas –, um tom que, ao mesmo tempo em que se mantém na linha de interpretação ecológica de Euclides da Cunha, é capaz de apresentar e recuperar uma visão mais otimista e etnograficamente favorável à valorização das virtudes do chamado *homem amazônico*. O que o aproxima, desta maneira, da obra de Gilberto Freyre. Uma obra que, por isso, do ponto de vista regionalista supera uma visão mais negativa que acompanha a obra de Euclides da Cunha em várias de suas passagens (MORAES, 2001, p. 45).

Com Araújo Lima, as letras na Amazônia parecem definitivamente assumir um sentido mais positivo para uma região que começa a deixar de ser vista como que entre dois grandes mitos: o do *paraíso* ou do *inferno verde*. Para ele, a Amazônia nada mais é do que uma terra mal aproveitada, com população escassa, e que sofreu com uma colonização exploradora durante séculos. E não uma terra inabitável ou habitada por seres inferiores (como muitos acreditavam ser o caso ainda àquela época). Uma terra, isto sim, “fraudada e saqueada”, conforme expressão reproduzida por Péricles Moraes; que:

...considera, *a priori*, excluídas de suas cogitações de cientista as duas fórmulas díspares, que em nada contribuíram para definir e estabelecer o verdadeiro significado da região ignorada e indecifrável. Não se trata de inferno, nem de paraíso verde, que como classificações, para o conceito do sr. Araújo Lima, não passam de inócuas e reboantes metáforas, patenteando o erro de visão de observadores menos atilados, que a exaltam e a difamam sem lhe conhecer a estrutura complicada e prodigiosa. Trata-se, a rigor, de “uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada”, que parece agressiva, tal o desequilíbrio evidente entre a sua grandeza desmesurada e a sua população restritíssima. Não é outra se não a insuficiência numérica do homem, a causa das versões exageradas ou falsas que circulam nos livros dos escritores da Amazônia. O sr. Araújo Lima, quanto a esse ponto de vista, é peremptório: “A terra não é insusceptível de ser domada; apenas ainda não o foi, porque o fator humano é mínimo, escasso, mas não incapaz”. No que concerne à sua apregoada insalubridade, demonstra, *ex-abundantia*, que ela é devido às conseqüências de uma colonização inferior, levada a efeito por gente inculta e fisiologicamente incapaz, corroborando, assim, em parte, juízo de Euclides, quando afirma que a letalidade nas planuras amazônicas, sendo, aliás, reduzidíssima, em proporção ao tamanho do território, resulta de sua recente abertura ao povoamento, aduzindo que o seu “clima caluniado”, além de admirável, tem, sobretudo, a função superior de fiscalizar, sanear e moralizar a terra, contra a invasão das enfermidades e dos vícios (MORAES, 2001, p. 47-48).

Como pudemos verificar, a partir da reprodução das palavras de Péricles Moraes, Araújo Lima é tido como um admirador de Euclides da Cunha. Esta proximidade, no entanto, não o impediu de levantar pontos de discordância em relação a ele. Em Euclides da Cunha, como vimos, o elemento pessimista e desacreditado em relação às potencialidades do “homem amazônico”, se torna ainda uma das marcas de sua percepção mais forte sobre a região. Já para Araújo Lima, o problema não estaria no “homem amazônico” em si, ou em sua raça, mas sim no nosso padrão cultural inferior, que se tornou conseqüência de nosso processo histórico de colonização.

Uma realidade que nos sinaliza no sentido de não imputar culpa ao sertanejo ou caboclo pelo subdesenvolvimento da região, e sim à história e ao colonizador inculto que

se incumbia apenas de explorar as suas potencialidades naturais, sem nenhum objetivo mais profundo em desenvolvê-la. Uma nova perspectiva que se abre para leituras mais positivas e fortemente identificadas com um viés cultural mais otimista que, como veremos a seguir, começaria a se desenvolver ainda mais a partir da influência da literatura regionalista de Gilberto Freyre. Uma tradição que se abre a novas perspectivas intelectuais em sintonia com um contexto de formação de um discurso desenvolvimentista em consolidação em nível nacional.

3 A CONSTRUÇÃO DOS FUNDAMENTOS INTELECTUIAIS DA NOVA TRADIÇÃO DESENVOLVIMENTISTA REGIONALISTA NA AMAZÔNIA

A partir da década de 30, e mais especificamente entre os anos de 1940 e 1960, no entanto, uma nova tradição de pensamento inspirada na literatura regionalista começa a demonstrar um novo vigor interpretativo, no sentido da leitura que se passa a fazer sobre as causas dos problemas amazônicos, e sua relação com a ordem de funcionamento da sociedade brasileira como um todo.

De um ponto de vista do debate sobre desenvolvimento nacional – em uma perspectiva mais da percepção dos rumos e possibilidades de um processo de integração nacional da Amazônia – podemos destacar a presença de figuras como Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Samuel Benchimol (como já referidos anteriormente). Intelectuais amazonólogos e homens de ação ligados ao ambiente político, empresarial e à administração pública. Autores que expressaram uma leitura amplamente influente durante todo o período analisado. Uma nova interpretação em relação ao sentido da questão regional amazônica, em um contexto de discussões que perpassa o tema do desenvolvimento nacional e sua relação de confrontação e complementaridade com os problemas regionais no país. Ou seja, autores que, de alguma forma, cumpriram um papel de mediadores entre uma tradição literária brasileira (modernista e regionalista) em seu processo de adaptação à um novo contexto nacional-desenvolvimentista que se fazia hegemônico entre as décadas de 1940 e 1960 (BIELSCHOWSKY, 1996). Aonde se passa a colocar como prementes a preocupação

com a questão regional como um problema a ser superado e enfrentado pela nação brasileira em sua estratégia de desenvolvimento nacional integrado⁴.

A influência deste ambiente nacional-desenvolvimentista sobre o tipo de formação discursiva que se dá no seio dos debates sobre a questão regional amazônica e nordestina nesse período, é algo que ainda é pouco estudado pela literatura que trata da compreensão da formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro como um todo⁵. E que, por isso, merece uma atenção especial, tendo em vista o reconhecimento da importância que os debates sobre o desenvolvimento regional brasileiro exercem neste período. O que, sem dúvida alguma, deveria repercutir sobre a formação do pensamento regionalista amazônico em pleno estado de formação o período: seja através de seu viés de negação, ou de complementaridade em relação à trajetória de pensamento desenvolvimentista em curso no país.

O ponto de corte, assim, para a escolha dos autores considerados representativos para nossa análise de todo o período, foi a influência das duas tradições (a regionalista e a desenvolvimentista) sobre as suas obras; assim como o seu papel de liderança política e/ou intelectual durante o período de análise. Uma estratégia que perpassa por uma decodificação e adaptação regional dos anseios nacional-desenvolvimentistas mais amplos (que se difundem como discurso hegemônico no centro do poder nacional), e que assumem, na Amazônia, a forma de uma espécie de categoria desenvolvimentista-regionalista, relacionada a uma matriz de pensamento desenvolvimentista mais específica⁶. Ao mesmo tempo em que reforça o seu viés regionalista, agora renovado, em

⁴ Neste sentido, é com o desenrolar das avaliações sobre a questão regional que se seguem a partir da obra *Perspectiva da Economia Brasileira* (1957) e, depois, em *Formação Econômica do Brasil* (1959), que Celso Furtado vai caminhar para uma avaliação cada vez mais integrada da situação regional brasileira, e, mais especificamente, da situação da Região Nordeste em sua relação com o processo de industrialização da antiga região cafeeira no Estado de São Paulo. Neste contexto, o diagnóstico traçado por Furtado, por meio do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN), em 1959, enfim parece conseguir alavancar os esforços político-institucionais e o rigor analítico necessários no sentido de se elaborar uma política de desenvolvimento regional, agora sim associada a uma proposta mais ampla, que visava integrar as políticas federais para a região em um só corpo institucional, dando a ele instrumentos para o favorecimento de um processo de acumulação de capital em nível nacional.

⁵ Do ponto de vista do debate sobre a formação histórica das origens do pensamento desenvolvimentista brasileiro, autores como Pedro Fonseca (1989, 1999, 2004, 2015), De Paula (2017) têm destacado o papel das estratégias de desenvolvimento regional como pontos de partida e alicerces da formação do pensamento desenvolvimentista no Brasil. Neste sentido, os governos de Joao Pinheiro em Minas Gerais e Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul seriam algumas das experiências precursoras dos ideias desenvolvimentista no Brasil segundo essa linha de interpretação historiográfica.

⁶ Pedro Fonseca, em texto relativamente recente (FONSECA, 2015), destaca um modelo heurístico bastante interessante para a busca de uma definição mais geral do termo “desenvolvimentismo” e seus subtipos.

favor de uma nova leitura dos problemas regionais em interação com o debate sobre a integração da Amazônia à economia nacional brasileira e aos ditames do progresso comandado pelo estado.

3.1 Djalma Batista, a defesa da cultura e a importância da questão regional amazônica

Em um artigo escrito em 1933, chamado *Letras da Amazônia*, um dos grandes intelectuais amazonólogos, que terá grande influência no debate sobre desenvolvimento da Amazônia nas décadas de 50 e 60, chamado Djalma Batista, nos apresenta uma resenha de grande valor para os estudiosos interessados na compreensão da produção literária sobre a Amazônia do início do século XX. Num dos tópicos desse seu texto, chamado *Reveladores da Amazônia*, Djalma Batista ressalta a importância da obra de Euclides da Cunha e alguns de seus seguidores (como Alberto Rangel e Alfredo Ladislau) para a formação de uma tradição de homens de letras que haviam revelado a Amazônia aos brasileiros.

Considerado um autor de grande importância para o estudo da história das instituições científicas na Amazônia, Djalma Batista foi diretor do *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)* de 1959 a 1968. Médico preocupado com questões de saúde pública, foi também responsável por uma das obras mais representativas para o tratamento do chamado “enigma amazônico”, o livro *O Complexo da Amazônia*, de 1976. Obra síntese do autor, em que o mesmo concebe a Amazônia como uma unidade cultural que, acima de tudo, deveria ser estudada em profundidade, tendo em vista seu desenvolvimento por meio da cultura.

No que diz respeito a suas contribuições mais diretamente associadas ao período em análise. Djalma Batista destaca-se como um dos principais autores no trato da questão regional amazônica, visto por uma perspectiva mais ligada ao debate sobre a sua relação com a questão nacional brasileira. Neste sentido, uma das grandes marcas de sua obra foi a preocupação com as conexões entre o regional e o nacional em uma análise que busca

Neste texto, Fonseca utiliza de uma estratégia pragmática de definição do conceito a partir de seu uso. Com isso, nos apresenta uma definição do conceito de desenvolvimentismo a partir de um *core* principal do conceito; em seguida prevê, baseado em Sartori (1970, 1984), a possibilidade tanto da extensão do conceito (conceito radial), como da utilização de subtipos, tais como: nacional-desenvolvimentismo; desenvolvimentismo dependente-associado; ou, como estamos propondo aqui neste trabalho, um subtipo de modelo desenvolvimentista: o desenvolvimentismo regionalista amazônico.

privilegiar a interligação destas duas dimensões. Para ele, fundamentalmente, como afirma Renan Pinto, “*as desigualdades regionais são produzidas no processo de formação da própria idéia de Brasil*” (PINTO, 2007, p. 176).

Daí a relevância que o mesmo atribui à necessidade de se implementar, entre outras coisas, instituições de pesquisa com um forte viés e preocupações direcionadas para a solução e afirmação da cultura científica regional, em um contexto de afirmação de uma estratégia claramente desenvolvimentista em nível nacional. Ou seja, que apenas uma transformação profunda, inclusive nos níveis de conhecimento produzidos “na” e “sobre a” Amazônia, poderia realmente orientar uma mudança significativa de rumos em seu processo de desenvolvimento histórico.

Em relação ainda ao trato da questão nacional-regional, Djalma Batista é enfático na defesa da perspectiva de que a problemática regional amazônica faz parte de um leque mais amplo de questões regionais que dizem respeito, e são inseparáveis, à ordem de problema de interesse da formação cultural brasileira como um todo. Uma região estigmatizada como distante e vasta – portanto, difícil de ser ocupada pelo processo civilizatório e pela modernização brasileira –, à Amazônia parecia, até então, ser negado (inclusive pelo ponto de vista intelectual) o privilégio de poder desenvolver-se.

Privilégio este concedido apenas às regiões temperadas mais ao sul do país. Uma visão considerada pessimista, e a qual Djalma Batista irá se contrapor, reforçando as fileiras que começam a se constituir como críticas às tradicionais visões da Amazônia como uma “terra sem história”; e daí, como consequência, como terra também “sem futuro”. Uma Amazônia que para ele havia sido “criada” e “inventada”, principalmente, por relatos superficiais de viajantes que por aqui passaram durante séculos, e não como uma realidade inabalável.

Contra esta tradição determinista e pessimista, Djalma Batista aposta na necessidade de se fornecer estudos cuidadosos “*que possam iniciar um processo de desvendamento de toda uma literatura marcada pela superficialidade e falseadora do real*” (PINTO, 2007, p. 177). Um projeto de desenvolvimento marcado pela necessidade de investimentos em ciência e na produção de conhecimento, assim como na formação de uma elite intelectual local. E que para isso, se fazia necessário, por outro lado, um engajamento efetivo no trato da questão regional, em sintonia com estudos comparativos da Amazônia em relação à formação social e cultural brasileira. Um engajamento com o

intuito de desvendar os enigmas de nosso subdesenvolvimento e as necessidades para a sua superação.

Em outro artigo datado da década de 40, chamado *O cultivo da terra como fator primário na solução do problema alimentar: a criação de uma consciência agrícola*, Djalma Batista – sob os efeitos das ideias nacionalistas e progressistas então em moda (PINTO, 2007, p.177) –, ressalta a importância da subordinação colonial do Brasil em relação a Portugal, e de seus efeitos em termos da formação de uma estrutura agrária colonialista e escravocrata no país. Ao fim, trata da questão agrícola específica na Amazônia, e de sua necessidade de aprofundamento e desenvolvimento em termos da necessidade de suprimento da nossa produção alimentar.

Apesar da importância da passagem de Djalma Batista por temas como a agricultura e os dilemas do extrativismo e da nutrição alimentar, é sobre o tema da cultura, educação e da saúde pública, propriamente ditas, que se concentram os seus principais esforços pessoais. Em um texto publicado na *Revista da Academia Amazonense de Letras*, em 1955, chamado *Cultura Amazônia (ensaio de interpretação)*, Djalma Batista nos apresenta uma análise das deficiências da formação cultural da Amazônia que, em sua visão, não derivam de supostos limites raciais presentes em alguns argumentos de nossos principais intérpretes, como Euclides da Cunha. Reforçando daí o argumento a favor do prosseguimento dos estudos científicos com o intuito de desvendar as reais possibilidades (“enigma”) de nosso desenvolvimento. Afirmo ele:

Porque não há a duvidar, positivamente, de que a Amazônia, agora, paira ainda acima da capacidade dos homens que a habitam, porque inferiores – em número com especialidade – e dos que a interpretaram, porque a situação da terra ainda não está definitivamente estabelecida em relação ao homem. Mesmo assim, Euclides e Araújo Lima deram-nos estudos mais de ciência que de literários, condensando, sintetizando, toda a Amazônia conhecida, toda a Amazônia descoberta (BATISTA, 2006, p. 64-65).

Uma abordagem que, como vimos anteriormente, busca superar alguns dos limites de viés pessimista e superficiais de alguns dos principais intérpretes da Amazônia no início do século XX, em favor de um olhar mais voltado para um aprofundamento das pesquisas científicas direcionadas para o desenvolvimento da cultura e da formação de uma elite regional, como um caminho para a difusão de conhecimento e progresso para o restante da população.

Aqui, nesse momento, sua contribuição se alimenta de um debate regionalista e culturalista em voga nas décadas de 40 e 50, e encabeçadas a partir da obra de Gilberto Freyre. Vertente de interpretação do país que se constitui em um processo de tentativa de conexão entre componentes econômicos e políticos do debate sobre desenvolvimento nacional e outros, no âmbito da cultura, mais direcionados à questão regional. Ambos relacionados em um processo de produção de conhecimento sobre a região (COSTA, 1997). Componentes que, do lado da vertente regionalista, se alinharão às perspectivas de Gilberto Freyre em sua chamada abordagem *luzotropicologista*.

Em *Da habitabilidade da Amazônia*, Djalma Batista ressalta aspectos do problema ecológico e do tipo de adaptação inadequada que, segundo ele, havia sido a regra na região durante séculos. Ressalta ainda o problema não da superioridade de raças, e sim da cultura europeia, como fator determinante de algumas das nossas diferenças em termos de desenvolvimento em relação a alguns outros países:

Embora predominando o sangue índio, na população da Amazônia, podem ser considerados presentes elementos das três raças (caucasóide, mongolóide e negróide) da mesma forma que na população brasileira, em geral. E será isso um mal? Decorrerá daí o atraso da Amazônia e a dificuldade de dominá-la, pela fixação do homem? Excluindo a concepção da superioridade das raças, que já levou a superdesenvolvida Alemanha a perder duas guerras, é preciso convir que há uma superioridade cultural das raças. O branco da Europa e da América do Norte é civilizado não por causa do pigmento da pele ou da conformação do crânio, e sim por ter atrás de si mais de um milênio de cultura, a que se incorporaram as heranças oriental, da Grécia, do Império Romano e do Cristianismo (BATISTA, 2006, p. 123).

Nada poderia ser mais próximo da antropologia cultural americana de Franz Boas. A questão da ecologia como ciência da adaptação do homem ao meio, por meio da cultura, aqui também faz claramente fileira na obra de Djalma Batista. Batista faz ressalva ainda, enquanto influência, à importância da obra de Araújo Lima para seus estudos sobre a ecologia amazônica. Diz ele: “*A interação entre homem e meio é de longa data conhecida e discutida, sendo conceituada magistralmente nos primeiros capítulos do famoso livro de Araújo Lima, ‘A Amazônia, a Terra e o Homem’*” (BATISTA, 2006, p. 99).

Aqui fica claro, mais uma vez, a admiração que Djalma Batista nutre por Araújo Lima em seu esforço pelo desvendar científico e analítico das reais condições ecológicas de adaptabilidade do homem ao meio amazônico. Por fim, podemos sintetizar a visão de Djalma Batista a partir de suas próprias conclusões em termos de em exercício de

pergunta e resposta. Diz ele ao final de seu texto publicado na série *Cadernos da Amazônia*, do Inpa, em 1965:

Possui a hinterlândia amazônica satisfatórias condições de habitabilidade? Sim, respondemos afinal, considerando que a terra pode e deve ser dominada, pela técnica e pela ciência, e o homem pode e deve aprimorar sua cultura, pela educação e pela higiene, dentro de uma sociedade regida por novas diretrizes econômicas. Não parece verdade que o homem tenha sido “o intruso impertinente” do anátema euclidiano (BATISTA, 2006, p. 151).

Estas conclusões nos indicam o teor de algumas das diferenças que permeiam e compõem a diversidade interna do discurso regionalista e culturalista amazônico das décadas de 50 e 60. Djalma Batista, neste sentido, representa com maestria uma vertente influente do debate regionalista e desenvolvimentista amazônico com forte interação com a tradição culturalista que também viria e influenciaria Gilberto Freyre em sua perspectiva antropogeográfica mais otimista. Faz referência, também, como vimos inúmeras vezes, a obra de Euclides da Cunha e Araújo Lima, demonstrando a importância que esses autores ainda representavam enquanto referências para os debates que se seguem sobre a Amazônia ao final da Segunda Guerra Mundial, assim como ao longo do período do auge do desenvolvimentismo brasileiro na década de 1950 e início da década de 1960.

3.2 Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Samuel Benchimol: a busca pela conciliação ecológica e política como estratégia de desenvolvimento regional para a Amazônia

A influência das obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre estão mais do que nunca presente e representados, também, nas obras de três outros importantes intelectuais amazônidas; quais sejam: Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Samuel Benchimol. Autores que representam boa parte do que de mais significativo poderia existir em termos da formação de um pensamento regionalista engajado no projeto de desenvolvimento da Amazônia durante o período nacional-desenvolvimentista brasileiro. Homens de grande influência sobre os meios intelectuais e políticos regionais amazônicos, serão eles os principais responsáveis intelectuais pela incorporação de uma matriz de pensamento *tropicologista* na Amazônia, entre as décadas de 1940 e 1960. Uma nova vertente inspirada em uma perspectiva de valorização da Amazônia como uma estratégia de fortalecimento nacional de um modelo de desenvolvimento e integração da região ao restante do Brasil. Um projeto, no entanto, que busca – muito próximo da

perspectiva de Gilberto Freyre – manter-se em forte sintonia com a preservação dos valores da cultura regional e com a identidade ecológica de sua população.

Leandro Tocantins tem sua obra inaugural publicada pela primeira vez em 1952 – *O Rio Comanda a Vida: cenas da vida amazônica* – uma das grandes referências intelectuais do período. Na década de 60, o mesmo publicaria ainda duas outras importantes obras: uma em 1961, chamada *Amazônia: natureza, homem e tempo*; e outra em 1966, chamada *Euclides da Cunha, e o Paraíso Perdido*. Já Samuel Benchimol e Arthur Cezar Ferreira Reis, têm uma obra bem mais vasta.

No total, o conjunto das obras destes três autores – escritas em sua maioria entre as décadas de 1940 e 1960 – representa de certa forma o espírito da intelectualidade da época, responsável pela elaboração de um discurso culturalista e ecológico em íntima ligação com o tratamento da questão regional brasileira. Em comum, a influência marcante de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, além de um forte apreço pela necessidade de valorização da cultura regional enquanto ingrediente de um projeto de valorização econômica da Amazônia. Um projeto que busca, ao mesmo tempo, uma estratégia de conciliação entre o projeto nacionalista e de industrialização do país; e um projeto intelectual de matriz tropicologista (a chamada *Amazonotropologia*), que visa compreender o papel da cultura regional como ingrediente ecológico de sustentação do bioma amazônico, em uma linha de pensamento muito próxima ao projeto de uma *lusotropologia* de Gilberto Freyre.

Foi mais especificamente com Arthur Cezar Ferreira Reis, que a tradição regionalista de Gilberto Freyre começa a influenciar grande parte da inteligência regional durante a década de 1940 e 1950. Historiador de longas datas, Arthur Cezar representa um perfil de intelectual engajado com características muito específicas. Político habilidoso e homem de cultura, Arthur Cezar Ferreira Reis foi o primeiro superintendente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)⁷, governador do estado do Amazonas e, por várias vezes, interlocutor do governo federal para assuntos sobre a Amazônia – inclusive durante o período militar. Foi também delegado do conselho federal de cultura e membro da academia amazonense de letras. Em sua vida acadêmica foi responsável pela construção de todo um arcabouço de

⁷ A SPVEA foi criada no ano de 1953, durante o período desenvolvimentista do Segundo Governo Vargas.

interpretação histórica da Amazônia que ainda hoje se mantém como entre as mais influentes obras e estudos historiográficos sobre a região.

Arthur Cezar Ferreira Reis foi um dos grandes intelectuais amazônicos entusiastas da colonização portuguesa no Brasil. Sob forte influência de Gilberto Freyre, Arthur Cezar passa a representar a expressão historiográfica amazônica que mais destaca os logros da colonização portuguesa na região. Fazendo coro com as interpretações do mestre de Apipucos, ele ressalta o elemento de adaptação do português em relação ao ambiente hostil dos trópicos úmidos, assim como sua luta pela preservação da integridade do território nacional brasileiro. Um verdadeiro entusiasta da tradição cultural amazônica herdeira de sua matriz lusitana em sua possibilidade de se transformar em antídoto para nossos problemas mais diretamente associados às desigualdades regionais e ao modelo de modernização a ser perseguido pela Amazônia em meados do século XX. Um precursor do regionalismo tropicologista mais puro, só que em terras amazônicas (TOCANTINS, 1966).

Em ambos os autores, portanto, a presença marcante da obra de Gilberto Freyre é algo que se destaca a partir da influência de noções como a de *tropicologia*, que se transverte em *amazontropicologia* nas mãos de Leandro Tocantins (TOCANTINS, 1982). Em Leandro Tocantins isto se torna mais evidente a partir da obra *Amazônia: natureza, homem e tempo*, de 1961. Em Arthur Cezar Ferreira Reis, por sua vez, desde os seus primeiros estudos a influência de Gilberto Freyre já se fazia nítida.

No geral, ambos os autores, junto com Samuel Benchimol, podem ser considerados como os principais representantes de um corpo intelectual de pensamento amazônico amplo, voltado para a formação de um discurso regionalista com um forte viés de discussão sobre o problema da integração nacional – tendo em vista como premissa a necessidade de preservação dos valores culturais e ecológicos amazônicos. O *homem amazônico* aqui é chamado a cumprir o seu papel de mediador entre o desejo de progresso das elites regionais e nacionais e a manutenção de um equilíbrio ecológico do bioma amazônico. Como afirma Odenei de Souza Ribeiro:

A palavra integração adquire, para Tocantins, um sentido de conciliação, assumindo as dimensões de uma idéia de marcha, de um processo social que procure harmonizar unidades diversificadas. Um processo que vise aproximar ou conciliar entidades diversificadas numa reunião coesa. O projeto de valorização da Amazônia, proposto a partir dessa concepção, assume um

caráter de continuidade no tempo de uma forma de dominação do passado, ao propor a coexistência de valores dentro de um equilíbrio harmonioso entre tradição e modernidade. O passado preenche os poros do presente impedindo qualquer forma de ruptura. Assim, a oligarquia decadente preserva seu poder em meio às mudanças (RIBEIRO, 2007, p. 332).

Fica cada vez mais evidente aqui o sentido conciliatório e político que a noção de *valorização econômica da Amazônia* (que foi incluída na constituição de 1946) e implementada a partir da criação da SPVEA, em 1953, adquire na construção de um projeto genuinamente voltado com o intuito de fortalecer um projeto de desenvolvimento nacional em sintonia com as aspirações desenvolvimentistas das elites regionais amazônicas.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar ao longo do texto, considera-se que o debate que se inicia nas primeiras décadas do período republicano brasileiro, encabeçado por autores nacionalistas como Euclides da Cunha, entre outros, representa um ponto crucial na construção de uma nova perspectiva hermenêutica de elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional e regional em relação à Amazônia. Como resultado desse período, constitui-se um arcabouço intelectual de interpretação que salienta a necessidade de integração territorial da Amazônia em relação ao Brasil.

Por outro lado, a mítica de uma selva indomável e de uma região onde “o trem da história parece nunca passar”, uma “terra sem história”; representa, em boa parte, a imagem que por fim ficou construída, e que tem em Euclides da Cunha sua principal fonte inspiradora do ponto de vista da literatura brasileira. Um intérprete que se agiganta sobre a Amazônia com o respaldo e inspiração ao mesmo tempo literária e científica. Autor já consagrado de *Os Sertões*, Euclides da Cunha se “embrenha na mata” com o intuito de desvendar, entre outras coisas, o caminho do nordestino (sertanejo), o qual já havia conhecido e investigado durante sua passagem pelos sertões em Canudos. Nesse sentido, Euclides parecia querer continuar acompanhando as aventuras do emigrante nordestino pelo interior do Brasil; e daí avançar em sua investigação pelo desvendar dos mistérios da formação da nação e do povo brasileiro do interior.

Ao se defrontar com a Amazônia “descobre”, no entanto, uma região que lhe parece ameaçadora e banhada de mitos e desassossegos de ordem física, mitológica, social e econômica. Componentes que se tornariam matéria-prima para uma das mais influentes

interpretações em prosa já feita sobre a região. Um padrão de interpretação literário que, no entanto, será acrescido, a partir das décadas de 30, de uma nova geração de intérpretes que começam a acrescentar ao estilo da prosa científica de Euclides da Cunha um estilo de análise mais fortemente ligado a uma tradição culturalista e regionalista, a qual terá nas figuras de Djalma Batista, Leandro Tocantins, Arthur Cezar Ferreira Reis e Samuel Benchimol, alguns de seus principais idealizadores e artífices mediadores de uma estratégia desenvolvimentista em nível nacional.

Aqui, no entanto, descobrimos claramente em Euclides da Cunha um fio condutor responsável pela transição entre estes dois momentos marcantes da literatura amazônica. De um lado, uma tradição literária com fortes componentes deterministas oriundos dos ensaios de cientistas naturalistas europeus; de outro, uma tradição de literatura em prosa, mais ao estilo regionalista, que terá uma forte influência sobre a geração de ensaístas amazônidas nas décadas de 40, 50 e 60 (geração que crescerá já sobre a influência da tradição *tropicologista* e *regionalista* de Gilberto Freyre). Movimento intelectual que levará, por fim, à formação de uma nova geração de intelectuais amazônicos que marcarão sua presença nos debates sobre a estratégia de elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia durante o período de auge do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950.

Uma nova perspectiva que se alimenta dos ares do nacional-desenvolvimentismo com o intuito, no entanto, de preservar os chamados valores culturais amazônicos, mas ao mesmo tempo colaborar com o processo de industrialização e desenvolvimento do país. Resguardando, ao mesmo tempo, os interesses tradicionais de grupos hegemônicos locais (RIBEIRO, 2007). Configurando o que propomos aqui denominar de projeto “desenvolvimentista regionalista amazônico”. Conceito que segue arcabouço metodológico proposto originalmente por Fonseca (2015), o qual prevê a possibilidade de extensões do conceito de “desenvolvimentismo” (clássico), assim como a existência de categorias *subtipo*, as quais serviriam para qualificar e complementar o *core* principal do conceito. Abordagem que consideramos bastante útil, do ponto de vista metodológico, para a compreensão da relação entre o contexto do pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro e o significado do debate teórico que encontramos na literatura sobre o desenvolvimento da Amazônia entre as décadas de 1940 e 1960.

5 – REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo, SP: Globo, 2006.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BATISTA, Djalma. *Amazônia – cultura e sociedade*. Manaus, AM: Valer, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo [1988]. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

CUNHA, Euclides da [1909]. *À margem da história*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

_____[1907]. *Contrastes e Confrontos*. São Paulo: Contraponto, 2000.

FARIAS, Élson. *Terra imatura – ensaio ou ficção*. In: LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Manaus, AM: Valer, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

_____. A Gênese Regional da Revolução de 30. *Estudos Econômicos*, v. 29, n.1, 1999.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, v.15, n.2 (26), 2004.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, Ricardo (ORG). *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

KUNTZ, Rolf. Alberto Torres – A organização nacional. In: MOTA, L. D. (Org). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo, SP: SENAC, 2001.

LADISLAU, Alfredo. *Terra imatura*. Manaus, AM: Valer, 2008.

LOBATO, Sidney da Silva. *Lições de história da Amazônia: a obra de Arthur Cezar Ferreira Reis*. In: OLIVEIRA, A. e RODRIGUES, R. (Org). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém, PA: Paka-Tatu, 2009.

MORAES, Pérciles. *Os intérpretes da Amazônia*. Manaus: Valer e Governo do Estado do Amazonas, AM. 2001.

PAULA, João Antônio de. *Instituições de Planejamento e de Desenvolvimento de Minas Gerais: 55 anos do DGMG, 50 anos do Cedeplar*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2017.

PINTO, Renan Freitas. Djalma Batista: artigos de jornal. In: BASTOS, E. R., PINTO, R. F. (Org). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus, AM: EDUFAM, 2007.

_____. *Viagem das idéias*. Manaus, AM: Valer, 2008.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. *Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia*. Brasília: Funag, 2005.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

_____. [1957]. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo, SP: Companhia ed. Nacional, 1978.

_____. [1966]. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

RIBEIRO, Odenei de Souza. *Tradição: uma intersecção entre passado e futuro*. In: Bastos, E. R., Pinto, R. F (Org). *Voices da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: ed. Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*. v. 64, p. 1033-53, 1970.

_____. Guideline for concept analysis. In: SARTORI, G. *Social Science Concepts: a systematic analysis*. Beverly Hills: Sage, 1984.

SOUZA, Jessé. *A atualidade de Gilberto Freyre*. In: Kosminsky, E. V. *et al.* (Org). *Gilberto Freyre: em quatro tempos*. Bauru: Edusc, 2003.

TOCANTINS, Leandro. [1952] *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. Companhia Editora Americana, Rio de Janeiro, 1972.

_____. [1960]. *Amazônia – natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro, 2 ed., 1982.

_____. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro. Introdução a um programa de Organização Nacional*. 3.ed. São Paulo:1938.

VIANNA, O [1920]. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.